

MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO 34.714 SANTA CATARINA

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
RECLTE.(S)	: MUNICIPIO DE BALNEARIO CAMBORIU
ADV.(A/S)	: RAFAEL ALESSANDRO BAZZANELLA
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

DECISÃO

**VERBETE VINCULANTE Nº 10 DA
SÚMULA DO SUPREMO –
INOBSERVÂNCIA – RELEVÂNCIA –
LIMINAR – DEFERIMENTO.**

1. O assessor Dr. Vinicius de Andrade Prado prestou as seguintes informações:

O Município de Balneário Camboriú/SC afirma haver a Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, na apelação cível nº 5006776-95.2014.4.04.7208, olvidado o teor do verbete vinculante nº 10 da Súmula do Supremo.

Segundo narra, o Ministério Público Federal ajuizou contra si ação civil pública visando o reconhecimento da ilegalidade de licenças por meio das quais permitida construção às margens do Canal do Marambaia, ante o apontado desrespeito ao recuo estabelecido no Código Florestal – Leis nº 4.771/1965 e 12.651/2012. Diz estar a pretensão baseada na observância dos referidos diplomas, afastando-se a pertinência de outras normas. Esclarece a parcial procedência dos pedidos, tendo sido declarada, na sentença, a inconstitucionalidade do inciso V do artigo 97 da Lei municipal nº 2.794/2008, uma vez menos rigorosa que legislação federal. Embora provida, em parte, apelação, a óptica acabou mantida.

RCL 34714 MC / SC

Sustenta o afastamento, mesmo de forma implícita, sem observância da cláusula de reserva de plenário, dos artigos 97 da Lei local nº 2.794/2008 e 4º, inciso III, da Lei federal nº 6.766/1979, no tocante aos cursos d'água. Eis o teor dos preceitos:

Lei municipal nº 2.794/2008

Art. 97 São consideradas áreas "Non Aedificandi":

[...]

V - faixa de 15 metros contados do eixo dos demais rios e córregos, exceto o Canal Marambaia em toda sua extensão, que terá alinhamento específico fornecido pela Prefeitura Municipal;

Lei federal nº 6.766/1979

Art. 4º Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:

[...]

III - ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica;

[...]

Assevera que a incidência do Código Florestal em detrimento dos dispositivos transcritos implica ofensa ao verbete vinculante nº 10. Frisa não estar em jogo interpretação de normas, uma vez esvaziada, de modo completo, a eficácia dos citados preceitos. Menciona jurisprudência.

RCL 34714 MC / SC

Sob o ângulo do risco, ressalta haver-se determinado, no pronunciamento reclamado, a revisão, em prazo exíguo – de 6 meses –, antes mesmo do trânsito em julgado, de atos administrativos até então válidos, bem assim a obrigação de recuperar área cuja extensão é objeto da demanda formalizada. Frisa estar compelido à prática de atos que não poderão ser desfeitos.

Requer, em sede liminar, a suspensão da decisão impugnada e, alfim, a cassação.

2. No tocante ao apontado afastamento do artigo 4º da Lei federal nº 6.766/1979, depreende-se da análise do acórdão reclamado que a controvérsia foi dirimida a partir da interpretação dos dispositivos em jogo, especialmente em virtude da superveniência do Código Florestal – Lei nº 12.651/2012.

Relativamente ao artigo 97 da Lei municipal nº 2.794/1979, a leitura da decisão questionada revela haver o Tribunal, de forma expressa, assentado a inconstitucionalidade do preceito, ante alegada proteção insuficiente do meio ambiente, sendo o referido diploma menos restritivo que a legislação federal. Confirmam os seguintes trechos:

[...]

Quanto ao pedido de que os réus se abstenham de conceder autorizações para construções, ocupações e intervenções em desacordo com a lei federal, o juízo foi categórico ao reconhecer que a legislação não estava sendo respeitada no Município de Camboriú, o que fica claro em vários trechos da sentença, em especial naqueles em que refere que foram constatadas por perícias construções de vários condomínios com recuo inferior ao que é exigido. Ainda que afirme que os imóveis mais recentes estão obedecendo a algum recuo, reconhece que esse recuo é insuficiente frente às

RCL 34714 MC / SC

previsões do Código Florestal e da Lei do Parcelamento do Solo, citando expressa e detalhadamente, obras situadas a menos de 15 metros do rio que foram autorizadas com base em lei municipal reputada inconstitucional. Se assim é, não se pode considerar improcedente esse pedido.

[...]

Quanto ao órgão responsável por avaliar e aprovar o PRAD, o Ministério Público Federal refere que faltou definir na sentença que compete à FATMA ou ao IBAMA essa atribuição (evento 54, anexo 2), pois a FUNDEMA não teria imparcialidade para essas tarefas por ser um mero braço da administração municipal, responsável pela norma inconstitucional e pela concessão de licenças e autorizações ilegais.

[...]

Ao fazê-lo por meio de órgão fracionário, desconsiderou a cláusula de reserva de plenário e o verbete vinculante nº 10, cujo teor é o seguinte:

Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

3. Defiro a liminar para suspender, até o julgamento final desta reclamação, a eficácia do acórdão formalizado pela Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região na apelação cível nº 5006776-95.2014.4.04.7208.

RCL 34714 MC / SC

4. Solicitem informações. Com o recebimento, colham o parecer da Procuradoria-Geral da República.

5. Publiquem.

Brasília, 16 de maio de 2019.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator